

PROCESSO Nº: 129 / 2025

Processo: 129 / 2025

Data de entrada: 22 de Setembro de 2025

Autor: Chefe do Executivo

Protocolo: 5738 / 2025

Ementa: VETO INTEGRAL do Projeto de Lei n.º 652/2021, de autoria da Vereadora Brisa Bracchi, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de agosto de 2025 que “cria o programa ‘Agroecologia na Escola’ no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências, conforme mensagem 148[...]

Despacho Inicial:

_____ **NORMA JURIDICA** _____



PREFEITURA DO
NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 129125
FOLHA: 02 VP

MENSAGEM Nº. 148/2025

À sua Excelência o Senhor
Eriko Samuel Xavier de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal do Natal

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete da Presidência
18/09/25 Hora 10:07
Roguel Pontes

Natal, 15 de setembro de 2025.

Senhor Presidente,

AO SETOR LEGISLATIVO
Em, 18/09/2025
Simone Aguiar
Ass. Parlamentar
Presidência

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente consta o **Projeto de Lei n.º 652/2021**, de autoria da Vereadora Brisa Bracchi, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de agosto de 2021 que *“cria o programa ‘Agroecologia na Escola’ no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências”*, por estar eivado de inconstitucionalidades determinar obrigações específicas a serem cumpridas pelo Poder Executivo Municipal e imposição de atuação administrativa em determinado sentido, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO

Deflui do exame do projeto de lei apresentado que o Poder Legislativo Municipal pretende instituir política pública voltada à destinação de espaço físico para a promoção e fomento de sistemas de produção agroecológicos, com vistas à fortalecer a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

RECEBIDO
EM, 18/09/25
AS 11:58 h
Juliana



Incluído e Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SMG - 735060 - ERICA GONDIM MOREIRA
<https://directa.natal.rn.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=lstdoc¶m1=0d129b5adf37cc69f6ab8aa92ab69a61¶m2=13382496¶m3=1410798>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SMG-20250366927 em 15/09/2025 às 1

fls. 1556



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SMG - 735899 - PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
<https://directa.natal.rn.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=lstdoc¶m1=c2f5b18603ebdf439cda17739132f06a¶m2=13391234¶m3=1410798>
Documento assinado em 15/09/2025 às 21:28:29

fls. 1556



Embora louvável o desígnio legislativo, o presente projeto de lei não merece prosperar, por razões estritamente jurídicas.

Ocorre que o Poder Legislativo Municipal, ao propor o presente projeto de lei, acabou por determinar obrigações específicas a serem cumpridas pelo Poder Executivo Municipal, como aquelas insculpidas no art. 5º e incisos (estabelecimento de convênios e termos de cooperação, financiamento dos sistemas de produção, criação de mecanismos facilitadores da comercialização de produtos de base agroecológica, etc).

Com efeito, em sua formatação atual, a proposta em apreço se confunde com um ato de gestão, notadamente ao pretender instituir política pública a ser desenvolvida e gerida pelo Poder Executivo.

Ora, no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar lei com o objetivo de impor atuação administrativa em determinado sentido, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público (chamada reserva de administração), violando o princípio da separação de poderes, o qual, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

Com efeito, compete ao Executivo especialmente a função de administrar, a qual se institui por meio de atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, cabendo ao Poder Legislativo primordialmente a função de editar leis, isto é, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente projeto de lei contém, de fato, vício insanável de inconstitucionalidade, porquanto violador do regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios).

Ante o exposto, opino pelo **VETO INTEGRAL** do Projeto de Lei n.º 652/2021, de autoria da Vereadora Brisa BRACCHI, por estar eivado de vício inconstitucionalidade de cunho material.





PREFEITURA DO
NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 029/25
FOLHA: 03 de 04

Atenciosamente,

PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE

Prefeito



Incluído e Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SMG - 736060 - ERICA GONDIM MOREIRA
<https://directa.natal.m.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=listdoc¶m1=0d128b5adf37cc696fab8aa92ab69a61¶m2=13382496¶m3=1410798>
Documento associado ao Processo Administrativo Eletrônico Nº SMG-20250366927 em 15/09/2025 às 1

fis. 1558



Assinado eletronicamente - Decreto Nº 11.972 - utilizando usuário e senha por: SMG - 735899 - PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
<https://directa.natal.m.gov.br/form.jsp?sys=DIR&action=openform&formID=464568709&form=listdoc¶m1=c2f5b18603ebd439cda17739132f06a¶m2=13391234¶m3=1410798>
Documento assinado em 15/09/2025 às 21:28:29

fis. 1558



Câmara Municipal do Natal
A casa do povo. A sua casa.

Câmara Municipal do Natal
Departamento Legislativo

COPIA

Recebido

Data: 01/09/25

Karina 73611

Responsável/Matricula

OFÍCIO Nº 300/2025-RF

Natal, 27 de agosto de 2025.

Excelentíssimo Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Prefeito da Capital
Nesta.

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 04/06

Assunto: Encaminhando Projeto de Lei nº 652/2021 de autoria da vereadora Brisa Bracchi.

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar à Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 652/2021**, de autoria da **vereadora Brisa Bracchi**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de agosto de 2025, que *"Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências"*.

Atenciosamente,

ERIKO JÁCOME

Presidente da Câmara Municipal do Natal



CMN - PROCESSO
Nº 120125
FOLHA: 05 JP

OF 300/2025

PL 652/2021

AUTORIA: Dr. Bráulio Bráulio

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

de de

PREFEITO

LEI Nº

Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal, com o objetivo de destinar espaço físico nas escolas municipais para promover e fomentar os sistemas de produção agroecológicos, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda, a sustentabilidade do desenvolvimento e a qualidade de vida da população de Natal.

Art. 2º Para fins da presente Lei, considera-se:

I – sistema de produção agroecológico: aquele que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

II – agricultor e agricultora familiar e urbano ou empreendedor e empreendedora familiar e urbano: aquele e aquela que pratica atividades de produção de base agroecológica no contexto urbano;

III – economia solidária: forma de organizar a produção de bens e serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade.

IV – serviços ambientais: atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos;

V – serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais.

Art. 3º São objetivos desta Lei:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 129125
FOLHA: 06/06

I – promover a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica;

II – estimular e fomentar o uso de práticas produtivas e técnicas de manejo sustentáveis, para o fortalecimento da produção de base agroecológica e de sistemas orgânicos de produção;

III – desenvolver ações voltadas para a ampliação da participação de estudantes e jovens na produção, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos de base agroecológica;

IV – promover o consumo de produtos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção, divulgação, educação alimentar e outros mecanismos de comercialização da produção orgânica de base agroecológica;

V – promover processos pedagógicos para a capacitação continuada de estudantes, professores e gestores públicos sobre agroecologia e produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, mediante a sistematização de saberes e experiências, o desenvolvimento de tecnologias e metodologias de trabalho;

VI – fomentar e apoiar a disseminação do conhecimento agroecológico na comunidade escolar.

Art. 5º Para atingir os objetivos do programa “Agroecologia na Escola”, o Poder Executivo deverá:

I – definir áreas nas escolas da rede municipal de educação para a produção de produtos orgânicos de base agroecológica;

II – estabelecer convênios ou termos de cooperação com agricultores, agricultoras, empreendedores e empreendedoras econômicos solidários para utilização dos espaços públicos destinados a este programa para a produção orgânica de base agroecológica;

III – financiar, por meio de editais públicos, sistemas de produção agroecológica a serem desenvolvidos nas escolas;

IV – apoiar e articular estruturas e mecanismos que facilitem a comercialização de produtos oriundos da produção de base agroecológica, objetos desta Lei, priorizando a comercialização pelos agricultores e agricultoras permissionários;

V – proporcionar as condições para a participação da comunidade escolar nas experiências agroecológicas.

Art. 6º A produção proveniente do trabalho desenvolvido nas experiências agroecológicas será prioritariamente destinada aos agricultores e agricultoras permissionários que explorem a área destinada.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 07 pp

Sala das Sessões, em Natal, 26 de agosto de 2025.


Eriko Jacome

- Presidente


Kleber Fernandes

- Primeiro Secretário


Camila Araújo

- Segunda Secretária

PROCESSO Nº: 652 / 2021

Projeto de Lei: 652 / 2021

Data de entrada: 6 de Outubro de 2021

Autor: Brisa Bracchi

Protocolo: 4449 / 2021

Ementa: Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e de outras providências.

Of. 300,25

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 08 jdp

Despacho Inicial:

NORMA JURIDICA



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DA VEREADORA BRISA BRACCHI - PT**

Brisa
Vereadora de Natal

PROJETO DE LEI Nº 652/2021

CMN PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 09 de 10

652/21
02.80

Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal, com o objetivo de destinar espaço físico nas escolas municipais para promover e fomentar sistemas de produção agroecológicos, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda, a sustentabilidade do desenvolvimento e a qualidade de vida da população de Natal.

Art. 2º Para fins da presente Lei, considera-se:

I - Sistema de produção agroecológico: aquele que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

II - agricultor e agricultora familiares e urbanos; ou empreendedor e empreendedora familiares e urbanos: aquele e aquela que pratica atividades de produção de base agroecológica no contexto urbano;

III - economia solidária: forma de organizar a produção de bens e serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade.

Art. 3º São objetivos desta Lei:

I - promover a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica;

II - estimular e fomentar o uso de práticas produtivas e técnicas de manejo sustentáveis, para o fortalecimento da produção de base agroecológica e de sistemas orgânicos de produção;

**Gabinete da Vereadora Brisa Bracchi - PT
Câmara Municipal de Natal - Rua Jundiá 546. Tirol. Natal/RN**



III - desenvolver ações voltadas para a ampliação da participação de estudantes e jovens na produção, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos de base agroecológica;

IV - promover o consumo de produtos agroecológicos e orgânicos, por meio de promoção, divulgação, educação alimentar e outros mecanismos de comercialização da produção orgânica de base agroecológica;

V - promover processos pedagógicos para a capacitação continuada de estudantes, professores e gestores públicos sobre agroecologia e produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, mediante a sistematização de saberes e de experiências, desenvolvimento de tecnologias e metodologias de trabalho;

VI - fomentar e apoiar a disseminação do conhecimento agroecológico na comunidade escolar.

Art. 5º Para atingir os objetivos do programa "Agroecologia na Escola" o Poder Executivo deverá:

I – definir áreas nas escolas da rede municipal de educação para a produção de produtos orgânicos de base agroecológica;

II - estabelecer convênios ou termos de cooperação com agricultores, agricultoras, empreendedores e empreendedoras econômicos solidários para que utilizem os espaços públicos destinados a este programa para a produção orgânica de base agroecológica;

III - financiar, por meio de editais públicos, sistemas de produção agroecológica a serem desenvolvidos nas escolas;

IV - apoiar e articular estruturas e mecanismos que facilitem a comercialização de produtos oriundos da produção de base agroecológica objetos desta Lei, priorizando a comercialização pelos agricultores e agricultoras permissionários;

V - proporcionar as condições para a participação da comunidade escolar nas experiências agroecológicas.

Art. 6º. A produção proveniente do trabalho desenvolvido nas experiências agroecológicas será prioritariamente destinada aos agricultores e agricultoras permissionários que explorem a área destinada.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 10/10

Gabinete da Vereadora Brisa Bracchi - PT

Câmara Municipal de Natal - Rua Iundiní 546 Tirol Natal/RN

632/21
03 01



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DA VEREADORA BRISA BRACCHI - PT**

Brisa
Vereadora de Natal

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal,
Plenário Vereador Érico Hackradt – Palácio Padre Miguelinho,
Natal, 05 de outubro de 2021.

60212.
04 08

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 11/11

**Brisa Bracchi
Vereadora PT**

JUSTIFICATIVA

652/21.
088

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Hodiernamente, há cada vez mais atenção à garantia de segurança alimentar à população, visto que cada vez mais somos noticiadas com informações quanto ao retorno do Brasil ao Mapa da Fome. A produção de alimentos prescinde uma atenção específica à maneira como se dá a produção, de forma a garantir práticas cada vez mais saudáveis. Ressalte-se que a execução de experiências agroecológicas nos espaços das escolas municipais une pelo menos três importantes temas: segurança alimentar, destinação adequada de recursos físicos das escolas e desenvolvimento educacional.

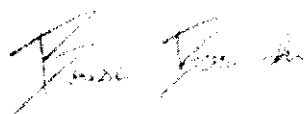
Neste sentido, o presente Projeto de Lei tem o intuito de fomentar a criação e estruturação de espaços onde possam ser desenvolvidas experiências de agroecologia com a adequada formalização de convênios entre a comunidade escolar, agricultores e agricultoras que farão a implantação das referidas experiências nas escolas destacadas pela Administração Pública.

Não obstante, já constar no próprio texto do Projeto de Lei, é oportuno observar que experiência de base agroecológica são aquelas que buscam otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Ademais, as experiências agroecológicas são diferentes de hortas orgânicas, sendo necessário não reduzir as produções da agroecologia tão somente ao conceito de hortas. A partir destas considerações, no intuito de valorizar as culturas locais, as sabedorias tradicionais, a produção agroecológica é que se propõe a presente legislação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal,
Plenário Vereador Érico Hackradt – Palácio Padre Miguelinho,
Natal, 05 de outubro de 2021.

CMN/PROCESSO
Nº 129125
FOLHA: 12 JP



**Brisa Bracchi
Vereadora PT**



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

652121.
06 80

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 052 12021 na data de hoje; encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 06 de Outubro de 2021.

PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☒ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☒ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transporte, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

CMN - PROCESSO
Nº 129125
FOLHA: 13

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 06 de Outubro de 2021.

PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA

Leonardo Sharma Nepomuceno
Procurador Legislativo



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

PROJETO DE LEI	652/2021
AUTOR(A)	Vereador Brisa Bracchi
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

Este departamento **CERTIFICA**, para os fins regimentais que se fizerem necessários, que foi identificada a existência de **Projeto de Lei nº 225/2019**, de autoria do **Ex-Vereadora Franklin Capistrano**, que **"Institui a Política Municipal de incentivo a criação de hortas produtivas no perímetro urbano do Município de Natal"**.

O projeto acima referenciado foi considerado prejudicado em despacho da Presidência desta Casa, tendo em vista a existência de matéria similar e anterior (Projeto de Lei nº 12/2019). Em tempo, o Projeto de Lei nº 12/2019 aduz sobre instituição de programa de horta comunitária.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 27 de Outubro de 2021.

Victor da Costa Reis
Victor da Costa Reis

Assessor Técnico Legislativo
MAT.: 5418720

CMN - PROCESSO
Nº 129/21
FOLHA: 19 jpb



Câmara Municipal do Natal
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Franklin Capistrano

PROJETO DE LEI Nº 225/2019

Institui a Política Municipal de incentivo a criação de hortas produtivas no perímetro urbano do Município de Natal

O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL;

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 15 JB

Faço saber que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de incentivo a criação de hortas produtivas no perímetro urbano do Município de Natal.

Parágrafo único. As hortas produtivas integram o que se chama de agricultura agroecológica urbana que é a atividade agrícola desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos saudáveis e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala.

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de incentivo a criação de hortas produtivas:

I - ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis;

II - propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos;

III - gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana;

IV - articular a produção de alimentos saudáveis com os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais, associações, grupos de mulheres, jovens e outros;

V - estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura agroecológica urbana;

VI - promover a educação ambiental, econômica e social;

VII - reutilizar resíduos orgânicos para e a produção orgânica de alimentos; diminuindo a quantidade de lixo;

VIII - difundir o uso de resíduos orgânicos e águas residuais das cidades na agricultura.

Art. 3º A Prefeitura Municipal poderá:

I - definir áreas aptas ao desenvolvimento das hortas produtivas individuais ou comunitárias, e das condicionantes para sua implantação, em terrenos públicos ou privados;

II - realizar orientação, campanhas de divulgação e articulação de parceiros para o fornecimento de mudas de hortaliças e plantas medicinais a munícipes de baixa renda;

III - prestar assistência técnica aos interessados, a fim de garantir o correto manejo das plantas;

IV - viabilizar a aquisição de produtos da agricultura urbana para os programas governamentais de aquisição de alimentos — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

V - estimular a criação e apoiar o funcionamento de feiras livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores urbanos e consumidores;

VI - promover campanhas de valorização e de divulgação de alimentos e produtos provenientes da agricultura urbana.

Parágrafo único. São considerados munícipes de baixa renda os que estão devidamente cadastrados no CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais.

Art. 4º O poder Executivo fica autorizado a firmar convênios ou termos de cooperação com órgãos federais, estaduais ou municipais, e ainda poderá firmar parcerias com entidades não governamentais e Universidades a fim de executar o previsto nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal do Natal, Palácio, Padre Miguelinho. Em ____/____/2019.

CMN - PROCESSO

Nº

120/25

FOLHA:

12 jp

JUSTIFICATIVA

452/21
09/08

O Vereador Franklin Capistrano, apresenta nos termos regimentais o Projeto de Lei, que institui o programa de Hortas Comunitárias e Compostagem nos bairros de Natal, cumprindo o princípio constitucional da Função Social da Propriedade através da inauguração de um novo comportamento público e social, dos governantes e dos governados, no que tange a integração social, o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a educação alimentar nas comunidades.

A questão de produção de alimentos envolve toda a comunidade, visto que o acesso a alimentos saudáveis é um problema coletivo. Nesta perspectiva, compreendi a importância e a necessidade de Introduzir condutas positivas na direção do proveito social dentro do contexto urbano visando a obtenção de produtos agrícolas fresco e sem agrotóxicos, trazendo grande contribuição para a saúde dos munícipes, para a subsistência e para a complementação alimentar das famílias residentes nas áreas produtivas

O programa de Hortas Comunitárias e Compostagem, apresentado aos (as) nobres edis neste projeto, transformará as áreas devolutas em áreas efetivamente produtivas; os locais de descarte inconsciente de lixo em espaços de uso comum para integração da comunidade e as áreas de matos em canteiros de alimentos naturais (tais como frutas, hortaliças, verduras etc).

No entanto, não há regras explícitas na legislação proposta, essa regulamentação deve ser construída pelo executivo e comunidade a fim de preservar o desenvolvimento correto e duradouro do projeto. No entanto, há de se entender que conceitualmente, que há proibição para a venda o que é produzido nas hortas comunitárias por desvirtuar do objetivo pretendido com o projeto apresentado, a finalidade estabelecida não é volume de produção e geração de renda. O propósito é a convivência comunitária, preservação de microfauna e biodiversidade vegetal, saúde alimentar e consciência ambiental.

Em suma, é uma forma de promover inclusão social produtiva de cidadãos e grupos sociais, mediante apoio e iniciativas que visem a

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 16 VJP

CMN - Projeto de Lei
Número: 622/21
Folha: 09 98

622/21
1000

cooperação na produção agroecológica de alimentos de forma solidária e voluntária, para o autoconsumo.

Ademais, tivemos o cuidado de inserir a compostagem por ser um processo ambientalmente seguro, que contribui para a saúde do solo, ajudando na retenção e drenagem, aumentando a capacidade de infiltração da água e reduzindo a erosão e promovendo melhorias do plantio.

Ex posits, conto com o apoio dos meus nobres pares para a sua aprovação do novel projeto que incentiva a união de esforços, voluntários, com o intuito de tornar o Município de Natal uma cidade mais sustentável, focada num futuro melhor.

Posto isto, submetemos a presente propositura a apreciação e deliberação dos Nobres pares.

Vereador – Autor FRANKLIN CAPISTRANO - PSB

CMN - Projeto de Lei
Número: 652/21
Folha: 10

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/21
Folha: 10
SEM FEE

CMN - PROCESSO
Nº _____
FOLHA: _____

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 12

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DESIGNO O VEREADOR (A) Amirio Araújo

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 04/11/21

[Assinatura]
VER. KLEBER FERNANDES
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
GABINETE DA VEREADORA CAMILA
ARAÚJO

Camila

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Ref. ao Projeto de Lei nº 652/2021.

Interessado: Vereadora Brisa Bracchi.

Assunto: “Cria o programa “Agroecologia na Escola” no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.”

CMN - PROCESSO

Nº 120/25

FOLHA: 18

PARECER

EMENTA: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. PARECER. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS, LEGAIS, CONSTITUCIONAIS. PREENCHIDOS OS REQUISITOS. APROVAÇÃO TOTAL. APTO PARA APRECIÇÃO EM DEMAIS COMISSÕES E SESSÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da **VEREADORA BRISA BRACCHI** que cria o programa “Agroecologia na Escola” no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.

Observada a ordem de trabalho, o feito fora encaminhado à Comissão de legislação, justiça e redação final ficando sob a Relatoria da Vereadora **CAMILA ARAÚJO**, para no prazo regimental apresentar parecer opinativo.

É o que importa relatar.

Passo a opinar.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
Parecer em 25/06/21

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 30, “caput” e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Natal/RN, em seu art. 5º, §1º, inciso I, assegura a Câmara Municipal a legislar sobre matérias de interesse da Cidade do Natal, desde que não fira a disposição constitucional e não adentre na competência exclusiva do Poder Executivo.

O Projeto de Lei nº 652/2021 tem como escopo **cria o programa “Agroecologia na Escola” no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências**

Sua iniciativa tem o intuito de estimular a criação e estruturação de espaços onde possam ser desenvolvidas experiências de agroecologia com a adequada formalização de convênios entre a comunidade escolar e agricultores que farão a implantação das referidas experiências nas escolas destacadas pela administração pública.

É importante observar que experiência de base agroecológica são aquelas que buscam otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito.

Ademais, as experiências agroecológicas são diferentes de hortas orgânicas, sendo necessário não reduzir as produções da agroecologia tão somente ao conceito de hortas.

Por fim, o intuito é valorizar as culturas locais, as sabedorias tradicionais e a produção agroecológica.

Dentre a justificativa jurídica, o legislador se fundamenta no art. 7º, II, IV, XIII, que dispõe sobre a competência do Município. Senão vejamos:

Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles;

II - promover o ensino, a educação e a cultura;

IV - estimular o melhor aproveitamento da terra, bem como a defesa contra as formas de exaustão do solo;

XIII - incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;

Contudo, ao observar o trâmite do referido Projeto de Lei, foi identificada a existência do **Projeto de Lei nº 225/2019**, de autoria do **Ex-Vereador Franklin Capistrano**, que “Institui a Política Municipal de incentivo a criação de hortas produtivas no perímetro urbano do Município de Natal”.

Apesar da identificação da certidão de similaridade, tal Projeto de Lei **NÃO ABRANGE a matéria expressa no Projeto de Lei apresentado pela Vereadora Brisa Bracchi que apresenta ser mais ampla nas suas ideias e conceitos.**

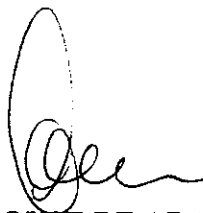
Nesse sentido, atendo-se a expansão da matéria apresentada pela Vereadora Brisa Bracchi e preenchidos os requisitos legais, verifica-se não existir vício de iniciativa no tocante à competência de legislar sobre a matéria, bem como, a temática se enquadra dentre aquelas disponíveis de atuação pela Câmara Municipal.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 62 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a presente relatora, opina pela **APROVAÇÃO TOTAL** do presente Projeto de Lei, a ser apreciado pelos Nobres Vereadores.

Este é o Parecer.

Natal/RN, 07 de junho de 2022.



CAMILA ROUSE DE ARAÚJO CABRAL
Vereadora.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/2023
Folha: 14

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/2023
Folhas: 14

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() PROCESSO () EMENDA

Nº 652/2023

Autor(a) Vereador(a): Brise Bracchi

Chefe do Executivo: ()

Relator(a) Vereador(a): Camila Araújo

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: Favorável ao projeto

Sala das Comissões, em 08 de Agosto de 2022.

Vereadora Nina Souza
Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Aldo Clemente
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Klaus Araújo
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - PROCESSO
Nº 129125
FOLHA: 14

CMN - Projeto de Lei

Número:

Folha:

CMN -

Número:

Folha:

SEM EFEITO

CMN - PROCESSO

Nº

FOLHA:

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Robério

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 10/08/22

VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE

Em sua justificativa a Autora afirma que Hodiernamente, há cada vez mais atenção à garantia de segurança alimentar à população, visto que cada vez mais somos noticiadas com

informações quanto ao retorno do Brasil ao Mapa da Fome. A produção de alimentos prescinde uma atenção específica à maneira como se dá a produção, de forma a garantir práticas cada vez mais saudáveis. Ressalte-se que a execução de experiências agroecológicas nos espaços das escolas municipais une pelo menos três importantes temas: segurança alimentar, destinação adequada de recursos físicos das escolas e desenvolvimento educacional.

Neste sentido, o presente Projeto de Lei tem o intuito de fomentar a criação e estruturação de espaços onde possam ser desenvolvidas experiências de agroecologia com a adequada formalização de convênios entre a comunidade escolar, agricultores e agricultoras que farão a implantação das referidas experiências nas escolas destacadas pela Administração Pública.

Não obstante, já constar no próprio texto do Projeto de Lei, é oportuno observar que experiências de base agroecológica são aquelas que buscam otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Ademais, as experiências agroecológicas são diferentes de hortas orgânicas, sendo necessário não reduzir as produções da agroecologia tão somente ao conceito de hortas. A partir destas considerações, no intuito de valorizar as culturas locais, as sabedorias tradicionais, a produção agroecológica é que se propõe a presente legislação.

Nesse norte, ressalte-se que mesmo a iniciativa não tenha o objetivo onerar o orçamento municipal, faz-se ainda assim necessário o parecer desta Comissão de Finanças.

Para embasar a aprovação do presente PL vale ressaltar como adendo e escólio que com a disseminação da agricultura industrial na década de 1960, a agricultura tradicional vem sofrendo mudanças na sua lógica de produção. A partir desse período, fixou-se um modelo de agricultura predominante que trouxe à tona um modelo de produção extremamente capitalista, o qual pouco considera as práticas ecológicas de produção. Dessa forma, crescentes mudanças se efetivaram no campo, que geraram diversos impactos ambientais e socioeconômicos.

Contudo, em vista dos diversos problemas socioambientais provocados por este modelo intensivo/capitalista de produção, fortalece-se, entre meados de 1980 a 1990, a preocupação ambiental. Desde então, passa-se a discutir, no cenário mundial, a ideia de sustentabilidade e a defesa da agricultura familiar como segmento social fundamental na construção do desenvolvimento no meio rural. Com isso, a agricultura orgânica emerge como uma alternativa alinhada aos princípios sustentáveis de produção agrícola, pois visa à produção ecológica de alimentos, sendo também economicamente viável.

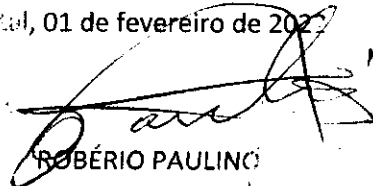
CMN - Projeto de Lei
Número: 652/21
Folha: 18 *JP*

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/21
Folha: 19 *pb*
SEM EFEITO

CONCLUSÃO

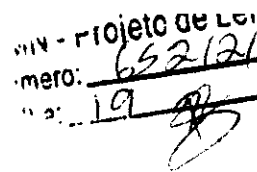
Assim sendo, diante de tudo que foi exposto, este relator vota pelo parecer FAVORÁVEL ao presente P.L., por sua importância, clareza e finalidade.

Natal, 01 de fevereiro de 2022


ROBÉRIO PAULINO
Vereador-Relator

CMN - PROCESSO
Nº 129/21
FOLHA: 25 *JP*

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.



SENEFEITO

CMN - PROCESSO
Nº 12912
FOLHA: 768

Designo o(a) vereador(a) Proz. Roberto Roulim para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer à presente proposição legislativa.

Natal, RN 10/08/2022

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Nº 652/21.

Autor: Vereador(a) Brissa Bracchi.

Relator: Vereador(a) Robério

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 01 de Março de 2023.

Vice-Presidente

() Abstenção

Membro

() Abstenção

☐ **Abstenção**



Câmara Municipal de Natal
Assessoria Técnica Legislativa

Projeto de Lei
nº 652/21
Data: 20/02/23

Projeto de Lei
nº 652/2021
Data: 21/02/23

CMN PROCESSO
Nº 129/23
FOLHA: 27/30

TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 28 de Fevereiro 2023, procedi à juntada de Emenda Aditiva nº 01/2023 ao Projeto de Lei nº 652/2021.

E, para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Natal, 28 de Fevereiro de 2023.


Isiana Victoria de Medeiros
Assessora Técnica Legislativa

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 652/2021

*Emenda aditiva ao Projeto de Lei nº
652/2021 que "Cria o programa
"Agroecologia na Escola" no âmbito da
rede pública de ensino da cidade do
Natal e dá outras providências."*

Acrescente-se ao Art. 2º os incisos com a seguinte redação:

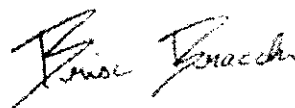
Art. 2º *[omissis]*
(...)

CMN - PROCESSO
Nº 129/23
FOLHA: 28

IV - serviços ambientais: atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos;

V - serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal,
Plenário Vereador Érico Hackradt – Palácio Padre Miguelinho,
Natal, 28 de fevereiro de 2023.



Brisa Bracchi
Vereadora PT



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DA VEREADORA BRISA BRACCHI - PT

Brisa
vereadora de natal

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/2021
Folha: 23A

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/2021
Folha: 23A

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Hodiernamente, há cada vez mais atenção à garantia de segurança alimentar à população, visto que cada vez mais somos noticiadas com informações quanto ao retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

A produção de alimentos prescinde uma atenção específica à maneira como se dá a produção, de forma a garantir práticas cada vez mais saudáveis. Ressalte-se que a execução de experiências agroecológicas nos espaços das escolas municipais une pelo menos três importantes temas: segurança alimentar, destinação adequada de recursos físicos das escolas e desenvolvimento educacional.

Não obstante, já constar no próprio texto do Projeto de Lei, é oportuno observar que experiência de base agroecológica são aquelas que buscam otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Ademais, as experiências agroecológicas são diferentes de hortas orgânicas, sendo necessário não reduzir as produções da agroecologia tão somente ao conceito de hortas. A partir destas considerações, no intuito de valorizar as culturas locais, as sabedorias tradicionais, a produção agroecológica é que se propõe a presente legislação.

Neste sentido, apresentamos a presente emenda com o fito de qualificar o projeto versado.

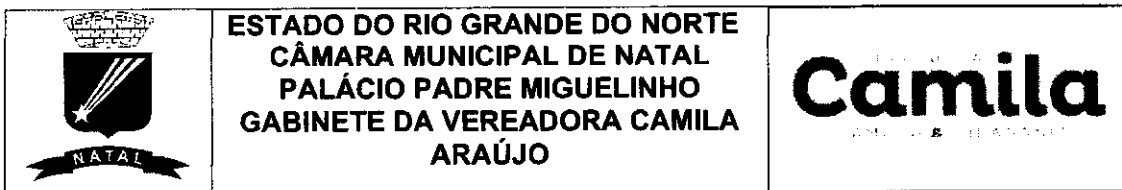
Brisa Bracchi
Vereadora PT

CMN - PROCESSO
Nº 652/21
FOLHA: 23A

Gabinete da Vereadora Brisa Bracchi - PT
Câmara Municipal de Natal - Rua Jundiá, 546, Tirol, Natal/RN
E-mail: brisabracchi13@gmail.com // vereadorabrisa@cmnat.rn.gov.br
Brizap: (84) 9 9854-0720 // Redes Sociais: @brisabracchi13

MN - Projeto de Lei
Número: 652/21
Data: 23

MN - PROJETO DE LEI
Número: 652/2021
Data: 24/2



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Ref. ao Projeto de Lei nº 652/2021.

CMN - PROCESSO
Nº 120/21
FOLHA: 30

Interessado: Vereadora Brisa Bracchi.

Assunto: “Cria o programa “Agroecologia na Escola” no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.”

PARECER

EMENTA: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. PARECER. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS. LEGAIS. CONSTITUCIONAIS. PREENCHIDOS OS REQUISITOS. APROVAÇÃO TOTAL. APTO PARA APRECIÇÃO EM DEMAIS COMISSÕES E SESSÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da **VEREADORA BRISA BRACCHI** que cria o programa “Agroecologia na Escola” no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.

Observada a ordem de trabalho, o feito fora encaminhado à Comissão de legislação, justiça e redação final ficando sob a Relatoria da Vereadora **CAMILA ARAÚJO**, para no prazo regimental apresentar parecer opinativo.

É o que importa relatar.

Passo a opinar.

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em, 20 / 03 / 2023
Ina Maria Xisto Bastos
COMISSÃO TÉCNICA
MAT 1.205-3

A Constituição Federal, em seu artigo 30, “caput” e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual, no que couber.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Natal/RN, em seu art. 5º, §1º, inciso I, assegura a Câmara Municipal a legislar sobre matérias de interesse da Cidade do Natal, desde que não fira a disposição constitucional e não adentre na competência exclusiva do Poder Executivo.

O Projeto de Lei nº 652/2021 tem como escopo **cria o programa “Agroecologia na Escola” no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências**

Sua iniciativa tem o intuito de estimular a criação e estruturação de espaços onde possam ser desenvolvidas experiências de agroecologia com a adequada formalização de convênios entre a comunidade escolar e agricultores que farão a implantação das referidas experiências nas escolas destacadas pela administração pública.

É importante observar que experiência de base agroecológica são aquelas que buscam otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, equilíbrio de gênero e outras relações humanas de cooperação, reciprocidade e respeito.

Ademais, as experiências agroecológicas são diferentes de horas orgânicas, sendo necessário não reduzir as produções da agroecologia tão somente ao conceito de hortas.

Por fim, o intuito é valorizar as culturas locais, as sabedorias tradicionais e a produção agroecológica.

Dentre a justificativa jurídica, o legislador se fundamenta no art. 7º, II, IV, XIII, que dispõe sobre a competência do Município. Senão vejamos:

Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles;

II - promover o ensino, a educação e a cultura;

IV - estimular o melhor aproveitamento da terra, bem como a defesa contra as formas de exaustão do solo;

XIII - incentivar o comércio, a indústria, a agricultura, o turismo e outras atividades que visem ao desenvolvimento econômico;

Contudo, ao observar o trâmite do referido Projeto de Lei, foi identificada a existência do **Projeto de Lei nº 225/2019**, de autoria do **Ex-Vereador Franklin Capistrano**, que “Institui a Política Municipal de incentivo a criação de hortas produtivas no perímetro urbano do Município de Natal”.

Apesar da identificação da certidão de similaridade, tal Projeto de Lei **NÃO ABRANGE a matéria expressa no Projeto de Lei apresentado pela Vereadora Brisa Bracchi que apresenta ser mais ampla nas suas ideias e conceitos.**

Nesse sentido, atendo-se a expansão da matéria apresentada pela Vereadora Brisa Bracchi e preenchidos os requisitos legais, verifica-se não existir vício de iniciativa no tocante à competência de legislar sobre a matéria, bem como, a temática se enquadra dentre aquelas disponíveis de atuação pela Câmara Municipal.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 62 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a presente relatora, opina pela **APROVAÇÃO TOTAL** do presente Projeto de Lei, a ser apreciado pelos Nobres Vereadores.

Este é o Parecer.

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 32 *jp*

Natal/RN, 07 de junho de 2022.


CAMILA ROUSE DE ARAÚJO CABRAL
Vereadora.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

IN - 1007
Número: 65212021
Data: 26/02

CID: 08011000
Nº: 05
Folha: 33
SENTEFEITO

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI ☐ RESOLUÇÃO ☐ DECRETO LEGISLATIVO
☐ EMENDA À L.O.M. ☐ VETO ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
☐ PROCESSO ☒ EMENDA

Nº 65212021.

Autor(a) Vereador(a): Brisa Bracchi.

Chefe do Executivo: ()

Relator(a) Vereador(a): Camila Araújo.

CMN - PROCESSO
Nº 65212021
FOLHA: 33

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

VOTO DO RELATOR: Favorável ao projeto com Emenda

Sala das Comissões, em 27 de Março de 2023.

Vereadora Nina Souza
Presidente

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Ramire Barbosa
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereadora Brisa Bracchi
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereadora Camila Araújo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Klaus Araújo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- ☐ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

MN - Projeto de Lei
Número: 622/21
Data: 27/08

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 622/21
Folhas: 28/10

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 34/40

EMENDA
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

DESIGNO O VEREADOR (A) Anderson

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 25/10/23

VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE



CMN - PROCESSO
Nº 120125
FOLHA: 35 de

Designo o(a) vereador(a) Anderson Lopes para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN 25/10/2023.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- Nº 652/2021.

Autor: Vereador(a) Bruno Graechi.

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) Anderson Sena Lopes.

VOTO DO RELATOR: Parecer oral favorável com Emenda

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 2023.

Vereador Nivaldo Bacurau
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

CMN - Projeto de Lei
Número: 24
Data: 22/21

Civil - Projeto de Lei
SEM EFEITO
30/10/21

CMN - PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 36 de 40

q. g. m. e. b. t. a
**COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E
HABITAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Kleber Fenandes

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 15/03/21

[Assinatura]

**VER. KLEBER FENANDES
PRESIDENTE**

CMN - Projeto
Número: 652/20
Folha: 20

CMN - Projeto e
Número: 652/20
Folha: 37



Câmara Municipal de Natal
Rua Jundiá, 546 - Tirol

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 37

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

Projeto de Lei nº652/2021

Autor: Brisa Bracchi

Relator: Klaus Araújo.

**Comissão: COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE,
TRANSPORTES, HABITAÇÃO E LEGISLAÇÃO.**

PARECER

"AGROECOLOGIA NA ESCOLA."

RELATÓRIO

Trata de Projeto de Lei, de autoria da vereadora **Brisa Bracchi** "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.

O Setor Legislativo emitiu certidão informando ter encontrado matéria em tramitação semelhante Projeto de Lei 225/2019 do Ex. vereador Franklin Capistrano, embora sejam semelhantes os projetos não são iguais o projeto já existente tem como objetivo ocupação dos espaços ociosos da cidade.

Observada então a ordem de trabalho, o feito fora encaminhado à Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação e Legislação, ficando sob a relatoria do Vereador Klaus Araújo, para no prazo regimental apresentar parecer opinativo.

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDA

MN - Projeto de Lei
Número: 652/21
Data: 31/08/21

CMN - Projeto de Lei
EM FASE

Câmara Municipal de Natal
Av. Dr. Manoel de Medeiros, 1000

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 388

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Klaus Araújo
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

É o que importa relatar.

Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 20 caput e incisos I e II dispõe que cabe ao município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar à legislação federal e estadual, no que couber.

Assim, no tocante à competência de iniciativa, entende-se, portanto, pela admissibilidade legal do presente Projeto.

O referido Projeto de Lei visa instituir o Projeto institui o Dia Municipal do Profissional da Costura no Município de Natal/RN.

Dessa forma, o legislador se fundamenta no Art. 5º, §1º, I, o art. 7º, II, bem como o Art. 175, VIII da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

Art. 5º o município tem competência privativa, comum e suplementar.


§1º Compete, privativamente ao município:

I – Prover a administração municipal e legislar sobre matéria de interesse do Município, que não fira disposição constitucional;

Projeto de Lei
Nº 328
Data: 6/5/24

CMN
Nº 128/24
Data: 6/5/24
SEM EFEITO

CMN - PROCESSO
Nº 128/24
FOLHA: 89 pp


Câmara Municipal de Natal
Avenida da Liberdade, 1000

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do **Vereador Klaus Araújo**
Rua Jundiá, 546-Tirol
Tel.: (84) 3232-9395

Art. 7º Compete ao Município, concorrentemente com a União ou com o Estado, ou supletivamente a eles:

...

I-zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência pública;

Nesse sentido, realizada a análise do presente Projeto de Lei, verifica-se que o mesmo se encontra juridicamente APTO para a apresentação meritória por esta Casa Legislativa.

CONCLUSÃO

Desta maneira, não havendo Projeto de Lei de mesma matéria, anteriormente protocolado, como menciona a certidão em anexo, presente Projeto de Lei, encontrando-se APTO a ser apreciado pelos nobres Vereadores.

Este é o parecer.

Natal, em 03 de junho de 2024.



KLAUS ARAÚJO

Vereador PSDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Número: 652/24
Data: 33/03/24

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 408p

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Klaus Maízo para nos termos do artigo 62 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa, Natal, RN 19/03/2024.

Ver. Irapoã Nobrega
Presidente

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 408p

PARECER DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E HABITAÇÃO.

(X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
(X) EMENDA

Nº 652/2024.

Autor: Vereador(a) Drina Brachy

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Klaus Maízo

VOTO DO RELATOR: Favorável ao Projeto com emenda

Sala das Comissões, em 14 de março de 2025.

Vereador Irapoã Nobrega
Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Vice-Presidente

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Anne Lagartixa
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Ver. Eribaldo Medeiros
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer

Projeto de Lei
Número: 652/21
Ano: 34

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 652/21
Folhas: 35

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 41

emenda
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Cláudio

Cláudio Custódio

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 20 (VINTE) DIAS
INICIANDO EM, 18/03/25

Cláudio Custódio

**CLAUDIO CUSTÓDIO
PRESIDENTE**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Ementa: Parecer ao Projeto de Lei nº 652/2021, de autoria da Vereadora Brisa Bracchi, que "Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências".

I – RELATÓRIO

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA: 42 jp

A matéria trata do Projeto de Lei nº 652/2021 de autoria da Vereadora Brisa Bracchi, que Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências.

O projeto em comento foi acolhido por esta Comissão, com a finalidade de que fosse emitido parecer sobre o referido projeto de lei.

Ocorreu previamente deliberação com trâmite em outras comissões incumbidas de ponderar a cerca da legalidade e viabilidade do projeto de lei, tendo como consequência uma apreciação favorável.

O teor do projeto em discussão tem como finalidade "Criar o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências".

Dirigido o projeto ao setor Legislativo da Casa não foi encontrado outro projeto semelhante.

É o que de pertinente se cumpre declarar.

II – ANÁLISE

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO
Em 31/09/25

SEM EFEITO

le7 ep oie/oj - NW

Cabe a **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, nos termos do Regimento Interno desta casa, considerar, conforme o artigo 69-A, I do Regimento Interno dessa Casa Legislativa:

MN - Projeto de Lei

Numero: 652/21

36

*"Art. 69-A. A Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação tem as seguintes áreas de atividade:
I – opinar sobre todas as proposições e matérias relativas à educação, ensino e programas de merenda escolar;(...)"*

O desígnio da matéria em análise "Cria o programa "Agroecologia na Escola" no âmbito da rede pública de ensino da cidade do Natal e dá outras providências".

Conclui-se, portanto, a necessidade de análise na presente comissão, uma vez que trata de matéria específica e diretamente ligada às atribuições do tipo legal acima transcrito.

De acordo com o relatório acima exposto, não foi identificada matéria similar em trâmite nesta casa legislativa, bem como não foi encontrada qualquer ilegalidade no referido projeto de lei.

III – VOTO.

Nesse entendimento, opino FAVORAVELMENTE ao presente projeto de lei nº 652/2021.

É como voto.

CMN PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 43 JP

Palácio Frei Miguelinho, 26 de março de 2025.

Assinado de forma digital por
CLAUDIO JOSE DA COSTA
CUSTODIO:01050560493
Dados: 2025.03.31 13:01:28 -03'00'

VEREADOR CLÁUDIO CUSTÓDIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO



Câmara Municipal de Natal
A voz do povo. A sua câmara.

CMN - PROCESSO
Nº 120125
FOLHA: 45

PROJETO DE LEI Nº 652/2021


INTERESSADO: Vereadora Brisa Bracchi

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **Fim Trâmite**, apto ao Plenário.

Natal 1º de abril de 2025.

Atenciosamente,


Diego Cajueiro Araújo da Costa
Chefe do Setor das Comissões Técnicas
Mat. 542482-8

Jcfof



Câmara Municipal do Natal
2025

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Mesa Diretora

CMN PROCESSO
Nº 129/25
FOLHA: 46 pp

652/21
39

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 652/2021
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo
☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

☐ Aprovado o Parecer da CCJ

OBS: _____

Quórum:

☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 21 de Agosto de 2025.

Presidente



Câmara Municipal do Natal

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Mesa Diretora

CMN - PROCESSO
Nº 120/25
FOLHA 47

CERTIDÃO

652/21
40
[Signature]

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 652/2021
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo
☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão
☒ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

☐ Aprovado o Parecer da CCJ

OBS: _____

Quórum:

☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 26 de Agosto de 2025.
[Signature]
Presidente